cada unidade, estabelecendo, inclusive, quem responderá por elas na ausência do seu titular.

Artigo 4º - Para cumprimento do disposto nesta Portaria, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas na proporção de uma hora por dia, a partir do dia 03/10/2016, sem prejuízo do cumprimento da jornada de trabalho a que estiverem sujeitos.

Artigo 5º - A compensação deverá ser feita no início ou no final do expediente diário, a critério da chefia imediata do servidor.

Artigo 6º - A falta de compensação, total ou parcial, das horas de trabalho acarretará os descontos pertinentes, e se, total, também o apontamento de falta ao serviço.

Artigo 7º - O servidor que estiver em gozo de férias regulamentares nas duas semanas referidas nesta Portaria, ainda que parcialmente, não poderá participar do recesso compensado.

Artigo 8º - O expediente nas unidades desta Secretaria obedecerá ao seu horário normal de funcionamento.

Artigo 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA CGM Nº 90, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016.

O Controlador Geral da Controladoria Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, e para atender ao disposto nos artigos 3º e 4º do Decreto nº 56.756, de 04 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art.1º As unidades desta Pasta organizarão o recesso compensado, nas duas semanas comemorativas das festas de Natal e Fim de Ano, mediante a formação de duas turmas de trabalho que se revezarão nas respectivas semanas, nos termos do Decreto nº 56.756 de 04 de janeiro de 2016.

Art.2º O recesso compensado compreenderá, na primeira semana, os dias 19 a 23 e, na segunda, os dias 26 a 30, todos de dezembro de 2016.

Art.3º Os Coordenadores, Diretores e Chefes organizarão as turmas de trabalho de forma a evitar prejuízos às atividades de cada unidade, estabelecendo, inclusive, quem responderá por elas na ausência do seu titular.

Art.4º Para cumprimento do disposto nesta Portaria, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas na proporção de uma hora por dia, a partir do dia 03 de outubro de 2016, sem prejuízo do cumprimento da jornada de trabalho a que estiverem sujeitos.

Art.5º A compensação deverá ser feita no início ou no final do expediente diário, a critério da chefia imediata do servidor.

Art.6º A falta de compensação, total ou parcial, das horas de trabalho acarretará os descontos pertinentes, e se, total, também o apontamento de falta ao serviço.

Art.7º O servidor que gozar férias no período, ainda que parcialmente, não poderá participar do recesso compensado.

Art.8º O expediente nas unidades desta Secretaria obedecerá ao seu horário normal de funcionamento.

Art.9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DE OLIVEIRA GALLARDO Controlador Geral

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE

PROCESSO N.º 2016-0.091.070-6

INTERESSADO: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

ASSUNTO: Prorrogação da Sessão do Servidor Rafael Donofre Forghieri,

Para o período de 30/05/2016 a 31/12/2016.

1 – À vista dos elementos que instruem o processo AUTORIZO:

A despesa aqui tratada, e consequente emissão das Nota de Empenho estimativo, no valor de R\$ 219.633,30 (duzentos e dezoito mil seiscentos e trinta e três reais e trinta centavos), onerando a dotação orçamentária nº 32.10.04.122.3024.2.100.3.190.96.00, a favor da Controladoria Geral da União, CNPJ nº 05.914.685/0001-03, objetivando o reembolso da remuneração do servidor RAFAEL DONOFRE FORGHIERI, cedido à PMSU para prestar serviços na CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, em conformidade com a Lei nº 13.562, de 22 de abril de 2003 e Decreto nº 48.461/2007, bem como as suplementações que se fizerem necessárias durante o exercício de 2016.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

DO PROCESSO N.º 2016-0.213.846-6

INTERESSADO: ELIZABETH CARMELITA MOURA AFFONSO, RF 826.007.9

ASSUNTO: Adiantamento para viagem temporária de servidor no interesse da administração.

À vista dos elementos que instruem o presente processo e nos termos do Decreto nº 23.639/87, do inciso VI, art. 2º da Lei nº 10.513/88, do Decreto nº 48.592/07, do Decreto nº 48.743/07, do Decreto nº 48.744/07, da Portaria SF nº 151/12, e em conformidade com a delegação conferida a mim pela Portaria SMRI nº 20/2009, AUTORIZO:

1 – A emissão das notas de reserva, empenho ordinário e liquidação no valor de R\$ 1.937,70 (um mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta centavos), onerando a dotação 31.10.04.122.3024.2100.33901400.00, por meio de adiantamento em nome da servidora ELIZABETH CARMELITA MOURA AFFONSO, RF 826.007.9, CPF 304.582.258-43, Assessora Técnica I, ref.

DAS-11, lotada nesta Pasta, visando à cobertura de despesas com alimentação e transporte interno, referente viagem à cidade de Madri, na Espanha, a realizar-se no período de 27 de setembro a 01 de outubro de 2016, com a finalidade de participar do I Encontro de Governos Locais e Comunicação Social da União Iberoamericana de Cidades Capitais – UCCI e de reunião com representantes de Mercocidades e UCCI, com o objetivo de debater e refletir sobre os desafios e oportunidades que a comunicação oferece aos governos locais.

GESTÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 107/2016 – SMG

MARCOANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA, respondendo pelo cargo de Secretário Municipal de Gestão, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, nos termos do Decreto nº 55.410, de 14 de agosto de 2014, a Secretaria Municipal de Gestão tem a atribuição de coordenar as ações dos canais de atendimento aos municípios, tais como a Central de Atendimento Telefônico 156;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Gestão firmou ajuste com a empresa CALL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA para prestação de serviços técnicos especializados para a implantação, operação, manutenção e gestão de solução integrada de atendimento ao cidadão exclusivo à Prefeitura do Município de São Paulo (“Solução de Atendimento 156”), e;

CONSIDERANDO que o contrato nº 007/SECOM/2015, cujo objeto é prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) – local, condição de acesso e fruição dos serviços de utilidade pública com a utilização do número 156, no sistema de tarifação reversa (no destino), para ligações receptivas, foi prorrogado até 31/12/2016;

Resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Técnica para auxiliar a Comissão Permanente de Licitações indicada pela Coordenadoria de Bens e Serviços da Secretaria Municipal de Gestão para a elaboração de Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência para contratação de serviços de telefonia para a “Solução de Atendimento 156”;

Art. 2º A Comissão será integrada pelos servidores a seguir relacionados:

I - Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão e Inovação em Serviços Públicos - CACISP:

a. Titular: Jorge Gustavo Pinna Rodrigues, 827.019.8

b. Suplente: Martina Bergues, RF: 835.908-3

II - Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços -COBES:

a. Titular: Antonio Shigueru Sawatani, R.F: 567.516.2

b. Suplente: Paulo Guimarães de Brito, RF: 508.393.1

III - Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC:

a. Titular: Danilo Raphael Chiaretto, RF: 787.365.4

b. Suplente: Roberto Ribeiro Fernandes, RF: 798.853.2

Art. 3º A coordenação dos trabalhos caberá ao representante da Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão e Inovação em Serviços Públicos – CACISP.

Art. 4º São incumbências da Comissão Técnica:

I - elaborar Termo de Referência do Edital de licitação para a contratação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) – local, no sistema de tarifação reversa (no destino), para ligações receptivas, necessários ao funcionamento da “Solução de Atendimento 156”;

II - auxiliar a Comissão Permanente de Licitação nos trabalhos referentes ao procedimento licitatório;

III – esclarecer dúvidas técnicas pertinentes.

Art. 5º A Comissão Técnica deverá reunir-se por convocação de sua coordenação ou da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 6º A Comissão Técnica ora instituída será extinta com efetivação da contratação dos serviços de telefonia.

Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 105/2016 – SMG

Dispõe sobre a reposição dos dias/horas de participação de servidores no movimento de paralisação, organizado pelo Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM, que afetou as atividades entre os dias 1º e 10 de dezembro de 2015.

MARCOANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA, respondendo pelo cargo de Secretário Municipal de Gestão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial os artigos 22 e 23 do Decreto nº 33.930, de 13 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o acordo firmado em negociação coletiva entre a Administração e o Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM,

RESOLVE:

Art. 1º Os dias não trabalhados em razão dos movimentos de paralisação organizados pelo Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM entre os dias 1º e 10 de dezembro de 2015 poderão ser objeto de reposição pelos servidores em horário adicional à jornada normal de trabalho.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo 1º, a chefia imediata deverá formular proposta de reposição das horas não trabalhadas pelo servidor, alinhada com as instruções dos Subprefeitos e do Diretor do PSIU, optando por uma das modalidades abaixo, com fundamentação devida, na seguinte ordem de prioridade:

I – execução de comandos e/ou serviços em período fora do horário normal de trabalho;

II – compensação na proporção de 1 (uma) hora por dia, no início ou no final do expediente, sem prejuízo do cumprimento da jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor;

III – compensação mista, combinando a compensação na forma dos incisos I e II.

§1º. O período de compensação dos dias e horas não trabalhados deverá encerrar-se, obrigatoriamente, até 31 de dezembro de 2016.

§2º. Excepcionalmente, os servidores que se encontrarem licenciados ou afastados no período da compensação deverão efetivá-la a partir da data em que retornarem ao trabalho.

§3º. Cabe aos Subprefeitos ou ao Diretor do PSIU a aprovação da forma de compensação proposta.

Art. 3º. Ao final do período de compensação, deve a chefia imediata do servidor elaborar planilha consolidada indicando as horas compensadas, encaminhando-a à unidade de recursos humanos após a ciência do Subprefeito ou do Diretor do PSIU, conforme lotação do Agente Vistor.

Parágrafo único. A falta de reposição dos dias e horas de trabalho, total ou parcial, acarretará os descontos correspondentes em definitivo e o apontamento de falta ao serviço no período, conforme o artigo 92 da Lei nº 8.989/1979.

Art. 4º O cumprimento do disposto nesta portaria não prejudicará outras compensações de horas não trabalhadas devidas pelo servidor.

Art. 5º As autoridades competentes de cada órgão deverão fiscalizar o cumprimento das disposições desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

2016-0.186.851-7 – Secretaria Municipal de Gestão – Apuração Preliminar. Erro em enquadramento. Responsabilidades não configuradas. Proposta de arquivamento. Acolhimento. À vista dos elementos de convicção constantes do presente, em especial o relatório da Comissão, que acolho como razão de decidir, no uso da competência fixada no inciso II do artigo 102, do Decreto nº 43.233/2003, DETERMINO O ARQUIVAMENTO da presente Apuração Preliminar, ante a não configuração de responsabilidade funcional.

2016-0.182.546-0 – Secretaria Municipal de Gestão –SMG. Apuração preliminar – furto de café do almoxarifado. À vista da justificativa apresentada pelo Presidente da Comissão de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 98/SMG/2016, publicada no DOC de 02/09/2016 e anexada sob fls. 179, prorogo por 20 (vinte) dias o prazo para conclusão dos trabalhos.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONCESSIONÁRIAS

Fica(m) a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), convocada(s) a retirar a(s) NOTA(S) DE EMPENHO, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta data, na Seção de Concessionárias – COAFI - 33, situado à Rua Libero Badaró nº 425, 1º andar, das 10:00 as 18:30horas.

PROCESSO	N.E.	FIRMA ((CL))
2015-0.0267.710-1	91.634/2016	ML RODRIGUES COMERCIAL LTDA. - ME

COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO – DESPACHOS

Processo SEI n. 6058.2016/0000095-1

I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI n. 6058.2016/0000095-1, em especial, das manifestações da Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, da Assessoria Técnica de Obras e Serviços – ATOS e da Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos – ATAJ desta Pasta, RATIFICO, nos termos do §7º do artigo 18 do Decreto nº 44.279/2003, com a redação conferida pelo Decreto nº 50.689/2009, a situação de emergência caracterizada pelos órgãos técnicos competentes, como passível de enquadramento na previsão contida no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-175

SUPERVISA0 GERAL DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ENDERECO: RUA LIBERO BADARO,425 - 35 ANDAR

PROCESSOS DA UNIDADE SMS/PSGUOS

2016-0.001.863-3 AUTOPOSTO BAND 1 LTDA

INDEFERIDO

RATIFICO O DESPACHO DE FL. 56 DO PA 2015-0.144.282-8 PUBLICADO EM 23/10/2015, COM FIM DE CONVALIDA-LO INTEGRALMENTE MANTENDO-SE PORTANTO O AUTO DE MULTA 34-011.602-1. EM RAZAO DO ENCERRAMENTO DAS INSTANCIAS RECURSAIS DEIXO DE CONHECER O RECURSO DE MULTA AUTUADO ATRAVES DO PA 2016-0.001.863-3.

2016-0.058.491-4 CHOPERIA E LANCHETERIA SKUALO LTDA ME

INDEFERIDO

A VISTA DAS INFORMACOES PRESTADAS NO PRESENTE EM ESPECIAL O PRONUNCIAMENTO DA ASSESSORIA JURIDICA E NOS TERMOS DA LEI 12879/99 E DECRETO 55197/2014 CONHECO O PRESENTE RECURSO E NO MERITO INDEFIRO POR FALTA DE AMPARO LEGAL MANTENDO POR CONSEQUENCIA O AUTO DE MULTA 34-011.853-9.

2016-0.071.816-3 ROSANGELA CARVALHO SANTOS

INDEFERIDO

A VISTA DAS INFORMACOES PRESTADAS NO PRESENTE EM ESPECIAL O PRONUNCIAMENTO DA ASSESSORIA JURIDICA E NOS TERMOS DA LEI 12879/99 E DECRETO 55.197/2014 CONHECO O PRESENTE RECURSO E NO MERITO INDEFIRO POR FALTA DE AMPARO LEGAL, MANTENDO POR CONSEQUENCIA O AUTO DE MULTA 34-012.304-4.

2016-0.091.979-7 JUAREZ COM.PROM.E EVENTOS LTDA

INDEFERIDO

A VISTA DAS INFORMACOES PRESTADAS NO PRESENTE EM ESPECIAL O PRONUNCIAMENTO DA ASSESSORIA JURIDICA COM FUNDAMENTO NO ART 147 DA LEI 16.402/16 CONHECO O PRESENTE RECURSO E NO MERITO INDEFIRO POR FALTADE AMPARO LEGAL MANTENDO POR CONSEQUENCIA O AUTO DE MULTA 34-012.202-1.

2016-0.123.101-2 AUTOPOSTO BAND 1 LTDA

INDEFERIDO

FACE AOS ELEMENTOS CONSUSTANCIADOS NO PRESENTE NOTADAMENTE A MANIFESTACAO DE ATAJ DE FLS. 93/94, QUE ACOLHO COMO RAZAO DE DECIDIR, CONHECO O PEDIDO DE CANCELAMENTO DE INSCRICAO NO CADIM, PARA NO MERITO INDEFERI-LO.

2016-0.127.395-5 GILRO GASTRONOMIA LTDA EPP

INDEFERIDO

A VISTA DAS INFORMACOES PRESTADAS NO PRESENTE EM ESPECIAL O PRONUNCIAMENTO DA ASSESSORIA JURIDICA COM FUNDAMENTO NO ART 147 DA LEI 16.402/16 CONHECO O PRESENTE RECURSO E NO MERITO INDEFIRO POR FALTADE AMPARO LEGAL MANTENDO POR CONSEQUENCIA O AUTO DE MULTA 34-012.250-1.

2016-0.157.171-9 BAR E LANCHES TEAN LTDA ME

INDEFERIDO

FACE AOS ELEMENTOS CONSUSTANCIADOS NO PA 2016-0.157.171-9 NOTADAMENTE A MANIFESTACAO DA ATAJ DESTA SECRETARIA QUE ACOLHO COMO RAZAO DE DECIDIR NAO CONHECO DO PEDIDO DE CANCELAMENTO COM FUNDAMENTO NOART 39,I DA LEI 14.141/06 POSTO QUE O PEDIDO FOI INTERPOSTO FORA DO PRAZO MANTENDO POR CONSEQUENCIA O AUTO DE MULTA 34-012.151-3.

EDITAL DE DESPACHO (SISACOE)

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENACAO DAS SUB-PREFEITURAS

DESPACHOS DE LICENCIAMENTO ELETRONICO DE ALVARAS

2016-2002472-8 SQL/INCRA 0010146400126-1 006 NADIA MARRACH

COMUNICACAO

DEFERIDO:

CONFORME LEI 11.228/92 REGULAMENTADA PELO DECRETO 32.329/92.

2016-2002490-2 SQL/INCRA 0029912300094-1 022 L A ARQUITETURA SC LTDA

COMUNICACAO

DEFERIDO:

CONFORME LEI 11.228/92 REGULAMENTADA PELO DECRETO 32.329/92.

2016-2002465-5 SQL/INCRA 0006917800236-1 007 ARISTHEU MORAES DE SEIXAS

ALVARA DE AUTORIZACAO PARA AVANCO DE TAPUME SOBRE PARTE DO PASSEIO PUBLICO

DEFERIDO:

CONFORME LEI 11.228/92 REGULAMENTADA PELO DECRETO 32.329/92.

2016-2002384-5 SQL/INCRA 0001008700320-1 003 CARLOS ROBERTO PINTO

CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:

CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSAO TOTAL DE EDIFICACAO CONCEDIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, SECAO 3-9, DO DECRETO 32.329/92, SECAO 3-J, E DO DECRETO 53.289/12.

2016-2002459-0 SQL/INCRA 0001404900179-1 002 VALTER ANTONIO CHAMMAS

CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:

CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSAO TOTAL DE EDIFICACAO CONCEDIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, SECAO 3-9, DO DECRETO 32.329/92, SECAO 3-J, E DO DECRETO 53.289/12.

2016-2002489-2 SQL/INCRA 000370360289-1 005 L A ARQUITETURA & ASSESSORIA LTDA - EPP

CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:

CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSAO TOTAL DE EDIFICACAO CONCEDIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, SECAO 3-9, DO DECRETO 32.329/92, SECAO 3-J, E DO DECRETO 53.289/12.

2016-2002468-0 SQL/INCRA 0011617800014-1 002 CARLOS ROBERTO PINTO

COMUNICACAO

DEFERIDO:

CONFORME LEI 11.228/92 REGULAMENTADA PELO DECRETO 32.329/92.

2016-2002463-9 SQL/INCRA 00051170020081-1 002 JULIO CESAR OLIVIERI

CERTIFICADO DE CONCLUSAO

DEFERIDO:

CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSAO TOTAL DE EDIFICACAO CONCEDIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, SECAO 3-9, DO DECRETO 32.329/92, SECAO 3-J, E DO DECRETO 53.289/12.

2016-2002474-4 SQL/INCRA 0008551000367-1 002 MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA SA

CERTIFICADO DE CONCLUSAO DE DEMOLICAO

DEFERIDO:

CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSAO DE DEMOLICAO CONCEDIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, SECAO 3-9, DO DECRETO 32.329/92, SECAO 3-J, E DO DECRETO 53.289/12.

2016-2002473-6 SQL/INCRA 0008613200115-1 002 MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA SA

CERTIFICADO DE CONCLUSAO DE DEMOLICAO

DEFERIDO:

CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSAO DE DEMOLICAO CONCEDIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, SECAO 3-9, DO DECRETO 32.329/92, SECAO 3-J, E DO DECRETO 53.289/12.

2016-2002484-1 SQL/INCRA 0008551000704-1 003 MENDES JUNIOR TRADING E